

Golpe contra a Chesf e a Petrobras

A Fisenge entra com representação contra a Ceará Steel, que reivindica comprar energia elétrica da Chesf a preço muito abaixo do mercado. Para a construção da usina é também reivindicado o fornecimento de gás natural a preço subsidiado pela Petrobras. Ambos os casos causariam prejuízos às estatais em benefício de acionistas internacionais. Pág. 3

As usinas hidrelétricas do Rio Madeira

Contra os argumentos dos ambientalistas, que combatem a construção das usinas, Maurício Tolmasquim defende o projeto e aponta benefícios.

ENTREVISTA
NA PÁG. 4



Dialog

Platéia atenta ao debate na IV Conferência Mundial de Engenheiros e Cientistas

Fisenge e Confea em intercâmbio mundial

Governos e empresas de diversos países receberão documento sobre os caminhos da engenharia no mundo

A IV Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas aconteceu no Rio de Janeiro, entre 21 e 23 de maio, com 80 participantes representando 24 organizações que reúnem mais de cinco milhões de profissionais e com a presença de autoridades, convidados, lideranças do movimento sindical e estudantes. Realizada de quatro em quatro anos, a I Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas aconteceu em 1995, em Washington, EUA. As edições seguintes foram realizadas, respectivamente, em Melbourne, Austrália, em 1999 e em Copenhague, Dinamarca, em 2003.

O jornal da Fisenge publica nesta edição, em encarte especial, os debates do encontro e o documento elaborado na plenária final com o resumo dos assuntos abordados na Conferência pelos representantes dos países participantes. Os resultados dos debates, apresentados na plenária final por Gerhard Rohde, da Union Network International (UNI), serão entregues para as empresas e governos com o objetivo de divulgar avanços e estratégias para a melhoria das condições de trabalho da categoria. O evento foi coordenado pelo diretor da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) Agamenon Oliveira.

Pág. 3 e Encarte

EDITORIAL

Pela democratização das empresas estatais

Um argumento que vem sendo usado com muita frequência pelo governo, por parlamentares aliados ou dirigentes de empresas estatais, quando se questiona os nichos de corrupção instalados em ministérios, no parlamento ou no judiciário, é que este é o governo que mais investiga e, por isto, mais escândalos aparecem. Um outro argumento muito usado por Lula quando se refere à corrupção é que seu governo se diferencia dos anteriores pelas atitudes frente a ela.

No governo Lula a polícia federal investiga, descobre e prende os corruptos. Todos esses argumentos podem até ser verdadeiros, mas encobrem uma questão fundamental. Isto tudo é necessário que seja feito, mas inteiramente insuficiente para um combate efetivo à corrupção. É também notório que estas ações atuam somente sobre os efeitos e os estragos causados pela corrupção e quando o problema já está instalado. Soma-se a isso a extrema promiscuidade entre o público e o privado e a ausência total de critérios na escolha dos cargos de direção das empresas e do governo.

O que estamos colocando em discussão é que, além da transparência que todo governo democrático deve ter, ele deve implantar uma política também democrática de preenchimento dos cargos na administração pública em geral. Significa abrir os organismos colegiados das empresas à participação dos trabalhadores e da sociedade com a finalidade de, num futuro próximo, se instituir um verdadeiro controle social sobre essas empresas. Além disso, as indicações de dirigentes de empresas devem ser norteadas por critérios objetivos de competência e espírito público ao invés dos atuais apadrinhamentos ou os ditos "critérios políticos" os quais, na maioria das vezes, encobrem acordos espúrios que jamais poderão vir à luz do dia.

A Diretoria

Confea promoverá semana pelo desenvolvimento tecnológico

A Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (Soeaa) é realizada pelo Confea uma vez por ano e chega a 64ª edição em 2007 com o tema "Pensar o Brasil. Educar e Inovar: Responsabilidade Social". O evento acontecerá de 12 a 15 de agosto, no Rio Cidade Nova, Convention Center, centro do Rio de Janeiro.

Debates e conferências sobre o desenvolvimento tecnológico e o auxílio nas demandas sociais, cursos pertinentes às atividades profissionais que fazem parte do Sistema Confea/Crea, além de fóruns e panoramas técnicos e científicos integram a programação.

A expectativa é de uma participação de 4 mil pessoas, entre profissionais e dirigentes de entidades e de instituições de ensino, empresários, políticos e estudantes de nível superior, tecnológicos e de

2º grau técnico. As inscrições podem ser feitas no site: www.soeaa.org.br.

6º Congresso Nacional

A 64ª Soeaa coincidirá com o 6º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), que terá o início da primeira etapa logo após o Soeaa, de 15 a 18 de agosto, no Rio de Janeiro. A segunda etapa acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de outubro. O evento terá como tema os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

O 6º CNP será precedido dos Congressos Estaduais de Profissionais (CEP) e dos Congressos de Entidades Nacionais. Participarão do evento delegados institucionais e estaduais, profissionais do Sistema Confea/Crea e convidados.

BA, RO e PR realizam ato público pela da lei do SMP

A lei 4.950-A completou, em abril, 41 anos de promulgação pelo Congresso Nacional, estabelecendo o Salário Mínimo Profissional para os profissionais de Engenharia Arquitetura e Agronomia registrados no Sistema Confea/Crea. Com o objetivo de esclarecer a importância da lei e da valorização do profissional, além de mostrar o papel da engenharia na sociedade, o Senge-BA realizou, em 18 de abril, uma Sessão Especial no Plenarinho da Assembléia Legislativa da Bahia. "Com a participação de entidades sindicais, sociedade civil e deputados, eventos como este ajudam a abrir o canal de negociação com o governo para a adoção do SMP de forma paulatina e efetiva", comemorou o presidente do Senge-BA, Ubiratan Félix Pereira dos Santos.

O Senge-RO também realizou audiência pública, dia 23 de maio, na As-

sembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em conjunto com a Câmara Municipal de Porto Velho. Estiveram presentes 150 pessoas, entre autoridades do estado, representantes do governo, entidades de classe e profissionais da área. "Embora tenham passado 41 anos, o gestor público e a iniciativa privada não têm muito conhecimento da lei. Precisamos informar com firmeza que a lei não é inconstitucional", finaliza o presidente do Senge-RO, José Ezequiel Ramos.

O Senge-PR ocupou a Tribuna Livre da Câmara Municipal, no dia 18 de abril; e fez audiência pública no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 23 de abril. Estiveram presentes várias entidades e sindicatos abrangidos pela lei. A partir dessa audiência pública, vereadores entrevistaram para que o Senge-PR tenha canal aberto nas negociações.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Olímpio Alves dos Santos - RJ - Presidente; Carlos Roberto Bittencourt - PR - Vice-presidente; Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - Diretor Tesoureiro; Antônio Dias Vieira - MG - Secretário Geral; Paulo Cesar N. Granja - RJ - Diretor de Rel. Sindicais; Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - Diretor Executivo; Ubiratan Félix Pereira dos Santos - BA - Diretor Executivo; Alméria Vitória Carniato - PB - Diretora Executiva; José Ezequiel Ramos - RO - Diretor Executivo
 Coordenadora de Comunicação: Tânia Coelho - Jornalista responsável: Júlia Gaspar, MTE 28.318/RJ
 Diagramação: Leonardo Santos - Tiragem: 2.000 exemplares; Impressão: Gráfica Falcão
 FISENGE - Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: fisenge@fisenge.org.br

GOLPE CONTRA A CHESF E A PETROBRAS

Acionistas da Usina Siderúrgica do Ceará querem lesar estatais

Fisenge entra com representação em favor da Chesf

Os subsídios solicitados para a operação da usina Ceará Steel, além de causarem grandes prejuízos à Petrobras, não trarão retorno significativo para a economia do Ceará.

Segundo avaliação do professor Antônio Eurico Torres, da Universidade Federal do Ceará, o subsídio direto que está sendo solicitado a esse empreendimento é superior à massa salarial prevista. Como exemplo, o professor cita que os produtos exportados pela usina podem também retornar ao Brasil em máquinas e equipamentos, eliminando muito mais empregos do que se poderia gerar com a usina.

Por este motivo a Fisenge entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a Usina Siderúrgica do Ceará, em favor da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (Chesf), que assinou com a Ceará Steel, em abril de 2005, um contrato de venda de energia elétrica que não

teve eficácia, porque dependia da viabilidade de funcionamento da usina. A data do contrato venceu em 15 de março de 2006, mas foi postergada para 15 de outubro de 2006. Como a Ceará Steel não foi viabilizada, o acordo foi extinto. Apesar de todo documento extinto não poder ser aditado, em abril de 2007 a irregularidade aconteceu.

Legalmente, para a Ceará Steel comprar energia da Chesf é necessário um novo contrato, pois além do acordo inicial ter sido extinto, o preço da energia aumentou nesses anos.

Prejuízos para a Petrobras

Os acionistas da Usina Siderúrgica do Ceará – a siderúrgica coreana Dongkuk Steel, a empresa italiana Danieli e a Companhia Vale do Rio Doce – exigem do governo federal e da Petrobras que seja cumprido um protocolo de intenções, firmado em 1996, no qual a Petrobras se comprometeria

a fornecer gás natural à usina a preços subsidiados. No acordo, a Petrobras deve cobrar em torno de US\$ 1 por milhão de BTU. O problema é que, hoje, o gás natural é negociado a US\$ 6 por milhão de BTU e a estatal não poderia oferecer o insumo por menos de US\$ 5,80, sem causar graves prejuízos à empresa.

E tem mais: o Ministério das Minas e Energia considera que os subsídios podem configurar prática de *dumping*, além de violar normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) para as exportações de aço.

Na opinião da diretoria da Fisenge o problema é político: “é o velho defeito do capitalismo brasileiro de socializar o prejuízo e fazer a apropriação individual dos lucros”. Para a diretoria, o objetivo da proposta é tirar dinheiro da Petrobras para fazer a apropriação privada por acionistas internacionais.

Engenheiros com garantias de emprego



Na Suécia e na Finlândia, desemprego apresenta baixo índice na categoria profissional

O Presidente da Associação Sueca de Engenheiros, Ulf Bengtsson, esteve na IV Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas, no Rio de Janeiro e deu uma notícia de dar inveja: o índice de desemprego de engenheiros na Suécia é de apenas 1,6%. A Associação Sueca de Engenheiros desenvolve um trabalho para os profissionais conseguirem empregos também fora da Suécia. Ulf Bengtsson acredita nesse intercâmbio e garante que “profissionais estrangeiros podem obter assessoria jurídica, desde que a conta seja enviada para a associação do seu país”.

Também na Finlândia o desempre-

go não preocupa os profissionais da categoria. O secretário geral da Associação de Engenheiros da Finlândia (TEK), Heikki Kauppi, esclareceu que, atualmente, apenas 2% dos filiados ficam desempregados e, em geral, por tempo muito curto. Na TEK existem serviços de carreira que ajudam os filiados a trocarem de emprego, o que aumenta a competição. Uma pesquisa institucional mostrou que 40% dos associados querem serviços de aconselhamento, por isso Kauppi acredita que, muitas vezes os serviços de carreira podem ser a razão da filiação.

“A TEK tem seis mil currículos no sistema, mas espera que, em 2011, este número suba para 20 mil. Os profissionais não gostam de se colocar abertamente no mercado, por isso,

quando os filiados se cadastram no sistema, informam o que procuram podendo manter o sigilo”, informou Heikki Kauppi.

O sistema de busca mostra as oportunidades que estão de acordo com as especialidades de cada profissional, que recebe um e-mail com os cargos disponíveis. O empregador também pode consultar o banco de dados da TEK. Cerca de mil filiados, entre acadêmicos e graduados, participam desse assessoramento de carreira. A TEK não está envolvida diretamente com o desenvolvimento profissional, mas apóia as entidades que fazem esse trabalho. “O nosso objetivo é proporcionar aconselhamento sobre as necessidades profissionais de cada um”, concluiu Kauppi.

ENTREVISTA MAURÍCIO TOLMASQUIM

Usinas hidrelétricas do Rio Madeira

Crescimento econômico sem grandes prejuízos ao meio ambiente

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, acredita que a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) são importantes para o crescimento econômico do país. E, apesar do combate dos ambientalistas, o presidente da EPE garante que o impacto ambiental é pequeno, relacionado a outras fontes de energia. Em entrevista ao Jornal da Fisenge, Maurício Tolmasquim fala sobre os benefícios na construção das usinas Santo Antônio e Jirau, cuja viabilidade ambiental ainda está sob a análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O especialista acredita que a licença para as obras sai ainda neste mês de junho.

– Qual a importância das novas usinas hidrelétricas do Rio Madeira para que o Brasil possa sustentar uma taxa elevada de crescimento econômico?

– Os principais pontos são: a hidroeletricidade é mais barata e competitiva em relação às demais fontes e é pequeno o impacto ambiental. A primeira a entrar em funcionamento é a Santo Antônio, em 2012; e a Jirau está prevista para 2013.



Ascom EPE

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim

– Será integrada ao projeto uma política ambiental? Qual?

– Sim. São inúmeras as exigências para obter a licença para as obras, entre elas destaco a construção de canais para os bagres desovarem, além do deslocamento e compensação da população ribeirinha que venha a ser prejudicada, que, certamente, envolve poucas pessoas, uma vez que o nível de alagamento é baixo. A usina será o que chamamos de “Fio d’água”, pois fica na calha do rio. Para cada megawatts gerado em média no Brasil, se alaga cerca de 0,57 Km².

Com essas usinas hidrelétricas a previsão é de apenas 0,08 Km² de alagamento.

– E a pesca, será prejudicada?

– Não há prejuízos para a pesca.

– Quais as dificuldades que o governo está enfrentando com o Ibama para conseguir o licenciamento ambiental dessas obras?

– O Ibama faz as exigências e os empreendedores estão respondendo bem. A expectativa é que essa licença saia ainda este mês, em junho.

Palavra de ambientalista

Ao contrário do presidente da EPE, o ambientalista Sérgio Ricardo afirma que a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira trará grandes impactos ambientais e sociais, com enorme deslocamento da população ribeirinha. Ele considera que não houve planejamento, nem urbano, nem ambiental, da região e garante que os debates foram superficiais: “poucas audiências públicas aconteceram”, lamenta.

A caminho da greve

No dia 18 de junho, os trabalhadores do setor elétrico realizaram paralisação expressiva em todo o país, com participação ativa dos sindicatos filiados à Fisenge, especialmente os de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Se não for aberto o canal de negociações, haverá nova paralisação de 48 horas, nos dias 25 e 26 de junho e, no dia 11 de julho, paralisação por tempo indeterminado. As principais reivindicações são contra a insuficiência da proposta salarial apresentada e a dificuldade em obter avanços em relação à CCE-09.

O diretor da Fisenge Paulo Granja afirma que a categoria atendeu ao chamado

Negociação nacional do setor elétrico não avança

e está consciente da importância da paralisação e de cumprir o calendário de lutas proposto pelo Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE).

A terceira rodada de negociação do ACT nacional do setor elétrico foi realizada em Brasília no dia 5 de junho e, segundo o diretor da Fisenge Agamenon Oliveira, foi uma grande decepção. Agamenon diz que a representação das empresas, coordenada pela Eletrobrás, levou

todos os diretores da área de recursos humanos de suas controladas, criando uma expectativa de fechamento de acordo, mas a proposta apresentada ao CNE foi inteiramente insuficiente e recusada.

A proposta econômica ofereceu 4% de reajuste, sendo 1% relativo a ganho real, 3% de reajuste de benefícios; abono de 5% sobre a remuneração, mais uma parcela fixa de 500 reais, a ser concedida somente em dezembro, significando uma simples reposição de perdas acumuladas em um ano, e, finalmente, a unificação dos interníveis dos Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) em 2,5%.

Golpe contra a Chesf e a Petrobras

A Fisenge entra com representação contra a Ceará Steel, que reivindica comprar energia elétrica da Chesf a preço muito abaixo do mercado. Para a construção da usina é também reivindicado o fornecimento de gás natural a preço subsidiado pela Petrobras. Ambos os casos causariam prejuízos às estatais em benefício de acionistas internacionais. Pág. 3

As usinas hidrelétricas do Rio Madeira

Contra os argumentos dos ambientalistas, que combatem a construção das usinas, Maurício Tolmasquim defende o projeto e aponta benefícios.

ENTREVISTA
NA PÁG. 4



Dialog

Platéia atenta ao debate na IV Conferência Mundial de Engenheiros e Cientistas

Fisenge e Confea em intercâmbio mundial

Governos e empresas de diversos países receberão documento sobre os caminhos da engenharia no mundo

A IV Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas aconteceu no Rio de Janeiro, entre 21 e 23 de maio, com 80 participantes representando 24 organizações que reúnem mais de cinco milhões de profissionais e com a presença de autoridades, convidados, lideranças do movimento sindical e estudantes. Realizada de quatro em quatro anos, a I Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas aconteceu em 1995, em Washington, EUA. As edições seguintes foram realizadas, respectivamente, em Melbourne, Austrália, em 1999 e em Copenhague, Dinamarca, em 2003.

O jornal da Fisenge publica nesta edição, em encarte especial, os debates do encontro e o documento elaborado na plenária final com o resumo dos assuntos abordados na Conferência pelos representantes dos países participantes. Os resultados dos debates, apresentados na plenária final por Gerhard Rohde, da Union Network International (UNI), serão entregues para as empresas e governos com o objetivo de divulgar avanços e estratégias para a melhoria das condições de trabalho da categoria. O evento foi coordenado pelo diretor da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) Agamenon Oliveira.

Pág. 3 e Encarte

EDITORIAL

Pela democratização das empresas estatais

Um argumento que vem sendo usado com muita frequência pelo governo, por parlamentares aliados ou dirigentes de empresas estatais, quando se questiona os nichos de corrupção instalados em ministérios, no parlamento ou no judiciário, é que este é o governo que mais investiga e, por isto, mais escândalos aparecem. Um outro argumento muito usado por Lula quando se refere à corrupção é que seu governo se diferencia dos anteriores pelas atitudes frente a ela.

No governo Lula a polícia federal investiga, descobre e prende os corruptos. Todos esses argumentos podem até ser verdadeiros, mas encobrem uma questão fundamental. Isto tudo é necessário que seja feito, mas inteiramente insuficiente para um combate efetivo à corrupção. É também notório que estas ações atuam somente sobre os efeitos e os estragos causados pela corrupção e quando o problema já está instalado. Soma-se a isso a extrema promiscuidade entre o público e o privado e a ausência total de critérios na escolha dos cargos de direção das empresas e do governo.

O que estamos colocando em discussão é que, além da transparência que todo governo democrático deve ter, ele deve implantar uma política também democrática de preenchimento dos cargos na administração pública em geral. Significa abrir os organismos colegiados das empresas à participação dos trabalhadores e da sociedade com a finalidade de, num futuro próximo, se instituir um verdadeiro controle social sobre essas empresas. Além disso, as indicações de dirigentes de empresas devem ser norteadas por critérios objetivos de competência e espírito público ao invés dos atuais apadrinhamentos ou os ditos "critérios políticos" os quais, na maioria das vezes, encobrem acordos espúrios que jamais poderão vir à luz do dia.

A Diretoria

Confea promoverá semana pelo desenvolvimento tecnológico

A Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (Soeaa) é realizada pelo Confea uma vez por ano e chega a 64ª edição em 2007 com o tema "Pensar o Brasil. Educar e Inovar: Responsabilidade Social". O evento acontecerá de 12 a 15 de agosto, no Rio Cidade Nova, Convention Center, centro do Rio de Janeiro.

Debates e conferências sobre o desenvolvimento tecnológico e o auxílio nas demandas sociais, cursos pertinentes às atividades profissionais que fazem parte do Sistema Confea/Crea, além de fóruns e panoramas técnicos e científicos integram a programação.

A expectativa é de uma participação de 4 mil pessoas, entre profissionais e dirigentes de entidades e de instituições de ensino, empresários, políticos e estudantes de nível superior, tecnólogos e de

2º grau técnico. As inscrições podem ser feitas no site: www.soeaa.org.br.

6º Congresso Nacional

A 64ª Soeaa coincidirá com o 6º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), que terá o início da primeira etapa logo após o Soeaa, de 15 a 18 de agosto, no Rio de Janeiro. A segunda etapa acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de outubro. O evento terá como tema os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

O 6º CNP será precedido dos Congressos Estaduais de Profissionais (CEP) e dos Congressos de Entidades Nacionais. Participarão do evento delegados institucionais e estaduais, profissionais do Sistema Confea/Crea e convidados.

BA, RO e PR realizam ato público pela da lei do SMP

A lei 4.950-A completou, em abril, 41 anos de promulgação pelo Congresso Nacional, estabelecendo o Salário Mínimo Profissional para os profissionais de Engenharia Arquitetura e Agronomia registrados no Sistema Confea/Crea. Com o objetivo de esclarecer a importância da lei e da valorização do profissional, além de mostrar o papel da engenharia na sociedade, o Senge-BA realizou, em 18 de abril, uma Sessão Especial no Plenarinho da Assembléia Legislativa da Bahia. "Com a participação de entidades sindicais, sociedade civil e deputados, eventos como este ajudam a abrir o canal de negociação com o governo para a adoção do SMP de forma paulatina e efetiva", comemorou o presidente do Senge-BA, Ubiratan Félix Pereira dos Santos.

O Senge-RO também realizou audiência pública, dia 23 de maio, na As-

sembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em conjunto com a Câmara Municipal de Porto Velho. Estiveram presentes 150 pessoas, entre autoridades do estado, representantes do governo, entidades de classe e profissionais da área. "Embora tenham passado 41 anos, o gestor público e a iniciativa privada não têm muito conhecimento da lei. Precisamos informar com firmeza que a lei não é inconstitucional", finaliza o presidente do Senge-RO, José Ezequiel Ramos.

O Senge-PR ocupou a Tribuna Livre da Câmara Municipal, no dia 18 de abril; e fez audiência pública no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 23 de abril. Estiveram presentes várias entidades e sindicatos abrangidos pela lei. A partir dessa audiência pública, vereadores entrevistaram para que o Senge-PR tenha canal aberto nas negociações.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Olímpio Alves dos Santos - RJ - Presidente; Carlos Roberto Bittencourt - PR - Vice-presidente; Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - Diretor Tesoureiro; Antônio Dias Vieira - MG - Secretário Geral; Paulo Cesar N. Granja - RJ - Diretor de Rel. Sindicais; Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - Diretor Executivo; Ubiratan Félix Pereira dos Santos - BA - Diretor Executivo; Alméria Vitória Carniato - PB - Diretora Executiva; José Ezequiel Ramos - RO - Diretor Executivo
 Coordenadora de Comunicação: Tânia Coelho - Jornalista responsável: Júlia Gaspar, MTE 28.318/RJ
 Diagramação: Leonardo Santos - Tiragem: 2.000 exemplares; Impressão: Gráfica Falcão
 FISENGE - Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: fisenge@fisenge.org.br

GOLPE CONTRA A CHESF E A PETROBRAS

Acionistas da Usina Siderúrgica do Ceará querem lesar estatais

Fisenge entra com representação em favor da Chesf

Os subsídios solicitados para a operação da usina Ceará Steel, além de causarem grandes prejuízos à Petrobras, não trarão retorno significativo para a economia do Ceará.

Segundo avaliação do professor Antônio Eurico Torres, da Universidade Federal do Ceará, o subsídio direto que está sendo solicitado a esse empreendimento é superior à massa salarial prevista. Como exemplo, o professor cita que os produtos exportados pela usina podem também retornar ao Brasil em máquinas e equipamentos, eliminando muito mais empregos do que se poderia gerar com a usina.

Por este motivo a Fisenge entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a Usina Siderúrgica do Ceará, em favor da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (Chesf), que assinou com a Ceará Steel, em abril de 2005, um contrato de venda de energia elétrica que não

teve eficácia, porque dependia da viabilidade de funcionamento da usina. A data do contrato venceu em 15 de março de 2006, mas foi postergada para 15 de outubro de 2006. Como a Ceará Steel não foi viabilizada, o acordo foi extinto. Apesar de todo documento extinto não poder ser aditado, em abril de 2007 a irregularidade aconteceu.

Legalmente, para a Ceará Steel comprar energia da Chesf é necessário um novo contrato, pois além do acordo inicial ter sido extinto, o preço da energia aumentou nesses anos.

Prejuízos para a Petrobras

Os acionistas da Usina Siderúrgica do Ceará – a siderúrgica coreana Dongkuk Steel, a empresa italiana Danieli e a Companhia Vale do Rio Doce – exigem do governo federal e da Petrobras que seja cumprido um protocolo de intenções, firmado em 1996, no qual a Petrobras se comprometeria

a fornecer gás natural à usina a preços subsidiados. No acordo, a Petrobras deve cobrar em torno de US\$ 1 por milhão de BTU. O problema é que, hoje, o gás natural é negociado a US\$ 6 por milhão de BTU e a estatal não poderia oferecer o insumo por menos de US\$ 5,80, sem causar graves prejuízos à empresa.

E tem mais: o Ministério das Minas e Energia considera que os subsídios podem configurar prática de *dumping*, além de violar normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) para as exportações de aço.

Na opinião da diretoria da Fisenge o problema é político: “é o velho defeito do capitalismo brasileiro de socializar o prejuízo e fazer a apropriação individual dos lucros”. Para a diretoria, o objetivo da proposta é tirar dinheiro da Petrobras para fazer a apropriação privada por acionistas internacionais.

Engenheiros com garantias de emprego



Na Suécia e na Finlândia, desemprego apresenta baixo índice na categoria profissional

O Presidente da Associação Sueca de Engenheiros, Ulf Bengtsson, esteve na IV Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas, no Rio de Janeiro e deu uma notícia de dar inveja: o índice de desemprego de engenheiros na Suécia é de apenas 1,6%. A Associação Sueca de Engenheiros desenvolve um trabalho para os profissionais conseguirem empregos também fora da Suécia. Ulf Bengtsson acredita nesse intercâmbio e garante que “profissionais estrangeiros podem obter assessoria jurídica, desde que a conta seja enviada para a associação do seu país”.

Também na Finlândia o desempre-

go não preocupa os profissionais da categoria. O secretário geral da Associação de Engenheiros da Finlândia (TEK), Heikki Kauppi, esclareceu que, atualmente, apenas 2% dos filiados ficam desempregados e, em geral, por tempo muito curto. Na TEK existem serviços de carreira que ajudam os filiados a trocarem de emprego, o que aumenta a competição. Uma pesquisa institucional mostrou que 40% dos associados querem serviços de aconselhamento, por isso Kauppi acredita que, muitas vezes os serviços de carreira podem ser a razão da filiação.

“A TEK tem seis mil currículos no sistema, mas espera que, em 2011, este número suba para 20 mil. Os profissionais não gostam de se colocar abertamente no mercado, por isso,

quando os filiados se cadastram no sistema, informam o que procuram podendo manter o sigilo”, informou Heikki Kauppi.

O sistema de busca mostra as oportunidades que estão de acordo com as especialidades de cada profissional, que recebe um e-mail com os cargos disponíveis. O empregador também pode consultar o banco de dados da TEK. Cerca de mil filiados, entre acadêmicos e graduados, participam desse assessoramento de carreira. A TEK não está envolvida diretamente com o desenvolvimento profissional, mas apóia as entidades que fazem esse trabalho. “O nosso objetivo é proporcionar aconselhamento sobre as necessidades profissionais de cada um”, concluiu Kauppi.

ENTREVISTA MAURÍCIO TOLMASQUIM

Usinas hidrelétricas do Rio Madeira

Crescimento econômico sem grandes prejuízos ao meio ambiente

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, acredita que a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) são importantes para o crescimento econômico do país. E, apesar do combate dos ambientalistas, o presidente da EPE garante que o impacto ambiental é pequeno, relacionado a outras fontes de energia. Em entrevista ao Jornal da Fisenge, Maurício Tolmasquim fala sobre os benefícios na construção das usinas Santo Antônio e Jirau, cuja viabilidade ambiental ainda está sob a análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O especialista acredita que a licença para as obras sai ainda neste mês de junho.

– Qual a importância das novas usinas hidrelétricas do Rio Madeira para que o Brasil possa sustentar uma taxa elevada de crescimento econômico?

– Os principais pontos são: a hidroeletricidade é mais barata e competitiva em relação às demais fontes e é pequeno o impacto ambiental. A primeira a entrar em funcionamento é a Santo Antônio, em 2012; e a Jirau está prevista para 2013.



Ascom EPE

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim

– Será integrada ao projeto uma política ambiental? Qual?

– Sim. São inúmeras as exigências para obter a licença para as obras, entre elas destaco a construção de canais para os bagres desovarem, além do deslocamento e compensação da população ribeirinha que venha a ser prejudicada, que, certamente, envolve poucas pessoas, uma vez que o nível de alagamento é baixo. A usina será o que chamamos de “Fio d’água”, pois fica na calha do rio. Para cada megawatts gerado em média no Brasil, se alaga cerca de 0,57 Km².

Com essas usinas hidrelétricas a previsão é de apenas 0,08 Km² de alagamento.

– E a pesca, será prejudicada?

– Não há prejuízos para a pesca.

– Quais as dificuldades que o governo está enfrentando com o Ibama para conseguir o licenciamento ambiental dessas obras?

– O Ibama faz as exigências e os empreendedores estão respondendo bem. A expectativa é que essa licença saia ainda este mês, em junho.

Palavra de ambientalista

Ao contrário do presidente da EPE, o ambientalista Sérgio Ricardo afirma que a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira trará grandes impactos ambientais e sociais, com enorme deslocamento da população ribeirinha. Ele considera que não houve planejamento, nem urbano, nem ambiental, da região e garante que os debates foram superficiais: “poucas audiências públicas aconteceram”, lamenta.

A caminho da greve

No dia 18 de junho, os trabalhadores do setor elétrico realizaram paralisação expressiva em todo o país, com participação ativa dos sindicatos filiados à Fisenge, especialmente os de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Se não for aberto o canal de negociações, haverá nova paralisação de 48 horas, nos dias 25 e 26 de junho e, no dia 11 de julho, paralisação por tempo indeterminado. As principais reivindicações são contra a insuficiência da proposta salarial apresentada e a dificuldade em obter avanços em relação à CCE-09.

O diretor da Fisenge Paulo Granja afirma que a categoria atendeu ao chamado

Negociação nacional do setor elétrico não avança

e está consciente da importância da paralisação e de cumprir o calendário de lutas proposto pelo Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE).

A terceira rodada de negociação do ACT nacional do setor elétrico foi realizada em Brasília no dia 5 de junho e, segundo o diretor da Fisenge Agamenon Oliveira, foi uma grande decepção. Agamenon diz que a representação das empresas, coordenada pela Eletrobrás, levou

todos os diretores da área de recursos humanos de suas controladas, criando uma expectativa de fechamento de acordo, mas a proposta apresentada ao CNE foi inteiramente insuficiente e recusada.

A proposta econômica ofereceu 4% de reajuste, sendo 1% relativo a ganho real, 3% de reajuste de benefícios; abono de 5% sobre a remuneração, mais uma parcela fixa de 500 reais, a ser concedida somente em dezembro, significando uma simples reposição de perdas acumuladas em um ano, e, finalmente, a unificação dos interníveis dos Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) em 2,5%.